

8



Resolução do segundo Exame de Suficiência do Conselho Federa de Contabilidade de 2017.

**Exame de suficiência
CFC 2.017**



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Primeiramente gostaria de parabenizar os acadêmicos dos cursos de contabilidade que optaram por esta profissão tão difícil, mas que é indispensável para o desenvolvimento do País. Para os Acadêmicos que já estão no final do curso e para os recém-formados Bacharéis em contabilidade começa a surgir uma preocupação: o Exame de Suficiência que é requisito para obtenção do registro de classe junto do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estamos nos aproximando cada vez mais da primeira edição do Exame em 2018.

Gostaria de lembrar que nós contadores, justamente com os advogados, somos os únicos profissionais, no Brasil, submetidos a exame como requisito para registro de classe obrigatório para atuar. Nosso exame demanda preparo e, por isso, é importante que você acadêmico ou Bacharel que ainda não prestou o exame já venham se habituando à banca examinadora (Fundação Brasileira de Contabilidade) e a metodologia de cobrança do conteúdo para obter sucesso. Saber contabilidade é necessário, mas saber como resolver questões é tão importante quanto. Com a finalidade de ajudar você nesta ambientação, vamos dizer assim, resolvi a última prova aplicada no Exame de Suficiência 2.2017 (segunda edição de 2017). Espero que este material comentado lhe auxilie nessa caminhada para obtenção do seu Registro Profissional junto ao CFC.

Bons estudos!!!

Marlon José Zanetti



RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES DO EXAMENDE SUFICIÊNCIA 2.2017

1. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Considerando-se essa afirmativa, julgue os itens relativos aos ativos, passivos e ao patrimônio líquido como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- II. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- III. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, V, V.
- d) V, F, F.

I – Verdadeira

II – Verdadeira



III – Verdadeira

Resposta: C

A questão cobrou o texto literal trazido pelo item 4.4. da ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução CFC N° 1.374/11):

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

(b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

(c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

2. Uma Sociedade Empresária foi constituída, em 10.12.2016, com a subscrição de 200.000 ações pelo valor nominal de R\$3,50 cada uma.

Parte do Capital Subscrito foi integralizado, na mesma data, mediante 20% em dinheiro, 15% em mercadorias para revenda e 35% em veículos.



Considerando-se apenas as informações apresentadas é CORRETO afirmar que:

- a) o Capital Integralizado é de R\$210.000,00.
- b) o Capital Investido é de R\$210.000,00.
- c) o Passivo Exigível é de R\$490.000,00.
- d) o Patrimônio Líquido é de R\$490.000,00.

Resposta: D

A questão cobrou o conhecimento sobre os lançamentos contábeis do reconhecimento de capital social a integralizar e integralizado. O capital social constituído em 10.12.2016 é de R\$ 700.000,00 (200.000 ações x R\$ 3,50). Depreende-se do texto que foi integralizado 70% do capital social (20% em dinheiro + 15% em mercadorias + 35% em veículos). Os registros ficam assim:

1) Pelo reconhecimento da subscrição das ações:

D – Capital Social a Integralizar	
C – Capital Social Subscrito	R\$ 700.000,00

2) Pela integralização do capital social:

D – Caixa	R\$ 140.000,00
D – Estoque de Mercadorias	R\$ 105.000,00
D – Veículos	R\$ 245.000,00
C – Capital a Integralizar	R\$ 490.000,00

O Bacharel precisava lembrar que a conta de “Capital a integralizar” tem natureza devedora e, portanto, é redutora do Patrimônio Líquido. Após os lançamentos o Patrimônio Líquido terá a seguinte composição:



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL	<u>490.000,00</u>
Capital Subscrito	700.000,00
Capital a Integralizar	(210.000,00)

3. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações referentes ao mês de dezembro de 2016:
- ✓ Despesa de dezembro de 2016, paga em janeiro de 2017 R\$34.000,00
 - ✓ Despesa de janeiro de 2017, paga em dezembro de 2016 R\$48.000,00
 - ✓ Despesa de dezembro de 2016, paga em dezembro de 2016 R\$74.000,00
 - ✓ Receita de dezembro de 2016, recebida em janeiro de 2017 R\$99.000,00
 - ✓ Receita de janeiro de 2017, recebida em dezembro de 2016 R\$84.000,00
 - ✓ Receita de dezembro de 2016, recebida em dezembro de 2016 R\$39.000,00

Não há incidência de tributos e nem de acréscimos financeiros.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-

FINANCEIRO, a Sociedade Empresária apurou, no mês de dezembro de 2016:

- a) Prejuízo de R\$117.000,00.
- b) Prejuízo de R\$35.000,00.
- c) Lucro de R\$30.000,00.
- d) Lucro de R\$66.000,00.

Resposta: C



A questão cobrou conhecimentos sobre a aplicação do princípio contábil da competência. Para resolver a questão o Bacharel precisava saber que pertencem ao exercício de 2016:

Receita de dezembro de 2016, recebida em janeiro de 2017	R\$99.000,00
Receita de dezembro de 2016, recebida em dezembro de 2016	R\$39.000,00
Despesa de dezembro de 2016, paga em janeiro de 2017	R\$34.000,00
Despesa de dezembro de 2016, paga em dezembro de 2016	R\$74.000,00

Lucro do Exercício	R\$ 30.000,00
---------------------------	----------------------

4. Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2016, as seguintes informações de grupos de contas em valores líquidos, após a apuração e distribuição de resultados:

✓ Ativo Imobilizado	R\$3.250.000,00
✓ Bancos Conta Movimento	R\$375.000,00
✓ Clientes	R\$3.000.000,00
✓ Contas a Pagar	R\$2.750.000,00
✓ Créditos Fiscais e Tributários	R\$37.500,00
✓ Empréstimos Bancários	R\$2.500.000,00
✓ Estoques	R\$2.125.000,00
✓ Reserva de Lucros	R\$25.000,00
✓ Reservas de Capital	R\$500.000,00

Sabe-se que a relação de saldos não está completa e que o saldo da conta Capital Social não foi informado.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, os valores do Patrimônio Líquido e do Capital Social são, respectivamente:

- a) R\$3.537.500,00 e R\$3.012.500,00.
- b) R\$3.537.500,00 e R\$3.512.500,00.



- c) R\$3.500.000,00 e R\$3.475.000,00.
 d) R\$3.500.000,00 e R\$2.975.000,00.

Resposta: A

Para responder esta questão o Bacharel precisava saber classificar as contas de forma adequada e conhecer a equação patrimonial $PL = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Exigível}$.

1) Classificando as contas

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Ativo Imobilizado	3.250.000,00	Contas a Pagar	2.750.000,00
Bancos Conta Movimento	375.000,00	Empréstimos Bancários	2.500.000,00
Clientes	3.000.000,00	Patrimônio Líquido	?????
Créditos Fiscais e Tributários	37.500,00	Reserva de Lucros	25.000,00
Estoques	2.125.000,00	Reservas de Capital	500.000,00
		Capital Social	?????
TOTAL DE ATIVO	8.787.500,00	TOTAL DE PASSIVO	8.787.500,00

2) Encontrando o Patrimônio Líquido (PL)

$PL = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Exigível}$

$\text{Passivo Exigível} = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

Então

$$PL = 8.787.500,00 - 2.750.000,00 - 2.500.000,00 = \mathbf{3.537.500,00}$$

3) Encontrando o Capital Social

$\text{Capital Social} = PL - \text{Reserva de Lucros} - \text{Reserva de Capital}$

$$\text{Capital Social} = 3.537.500,00 - 25.000,00 - 500.000,00 = \mathbf{3.012.500,00}$$



5. Uma Sociedade Empresária foi constituída em 2.1.2017. O estatuto fixou o valor de R\$1.000.000,00 como capital social a ser integralizado 40% no ano de 2017 e 60% no ano de 2018.

No ato da constituição, 40% do capital subscrito foi integralizado da seguinte forma:

- ✓ Integralização em dinheiro mediante depósito bancário: R\$300.000,00
- ✓ Integralização em móveis de uso avaliados, na forma da Lei n.º 6.404/76, em R\$100.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, após o registro contábil da subscrição do capital e da integralização, é CORRETO afirmar que, em janeiro de 2017, a Sociedade Empresária apresenta no Patrimônio Líquido:

- a) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$1.000.000,00, um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$600.000,00 e um saldo credor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$400.000,00.
- b) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$1.000.000,00 e um saldo devedor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$600.000,00.
- c) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$400.000,00 e um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$400.000,00.
- d) um saldo credor no grupo Capital Social no valor de R\$400.000,00, um saldo credor na conta de Capital Subscrito no valor de R\$1.000.000,00 e um saldo devedor na conta de Capital a Integralizar no valor de R\$600.000,00.

Resposta: D

Mais uma vez o CFC cobrou conhecimentos sobre classificação e reconhecimento de contas do patrimônio líquido. Trata-se de uma questão muito parecida com a questão nº 2. Os lançamentos contábeis ficam assim:



1) Pelo reconhecimento da subscrição do capital social:

D – Capital Social a Integralizar	
C – Capital Social Subscrito	1.000.000,00

2) Pela integralização do capital social:

D – Bancos	300.000,00
D – Móveis e Utensílios	100.000,00
C – Capital a Integralizar	400.000,00

Para o Bacharel que tem um pouco mais de intimidade com o assunto não é necessário fazer os lançamentos. Se o capital social foi subscrito, mas não foi integralizado podemos dizer que o grupo “Capital Social” encontra-se zerado, pois reconhecemos o capital subscrito (natureza a crédito) e o capital a integralizar (natureza a débito) no mesmo valor com sinal contrário. Vejamos como fica a composição do Patrimônio Líquido após os lançamentos:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL	<u>400.000,00</u>
Capital Subscrito	1000.000,00
Capital a Integralizar	(600.000,00)

6. Uma Sociedade Empresária adquiriu, à vista, mercadorias para revenda. O valor total da Nota Fiscal, emitida pelo fornecedor, foi de R\$200.000,00. Neste valor estão incluídos R\$34.000,00 referentes a ICMS a recuperar.



Adicionalmente, pagou R\$1.500,00, referentes ao transporte das mercadorias até o seu estabelecimento, sem incidência de ICMS na transação de frete.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o lançamento contábil que representa adequadamente o reconhecimento da transação é:

a)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$167.500,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
b)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$200.000,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
	CRÉDITO	ICMS a Recolher	R\$34.000,00
c)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$166.000,00
	DÉBITO	ICMS a Recuperar	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$201.500,00
d)	DÉBITO	Mercadorias para Revenda – Estoque	R\$167.500,00
	DÉBITO	ICMS – Despesas Tributárias	R\$34.000,00
	DÉBITO	Fretes e Carretos – Despesa Administrativa	R\$1.500,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$203.000,00



Resposta: A

A questão cobra conhecimentos da NBC TG 16, especificamente do item 11, que determina tudo que compõe o custo de aquisição de estoques. Isso por que o comando da questão traz a informação de que se trata de compra de mercadorias para revenda. Vejamos o que diz a norma:

*11. O custo de aquisição dos estoques compreende o **preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco)**, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.273/10) **(grifo nosso)**.*

Perceba que o CFC queria avaliar se o Bacharel sabia que, neste caso o ICMS (tributo recuperável neste caso) não faz parte do custo de aquisição do estoque, mas representa um direito de crédito na apuração do ICMS a pagar. Por outro lado, o frete compõe este custo. A apuração dos custos de aquisição, nos moldes previstos pela NBC TG 16 deve ser feita conforme abaixo:

Preço de compra	200.000,00
(-) ICMS a Recuperar	(34.000,00)
(+) Frete	1.500,00
Custo de Aquisição	167.500,00

O lançamento fica assim:

D – Mercadorias para Revenda – Estoque	167.500,00
D – ICMS a Recuperar	34.000,00
C – Caixa	201.500,00



7. Uma Sociedade Empresária, com um único estabelecimento, apresentou um saldo final de R\$1.200,00 de ICMS a Recuperar, em julho de 2017.

Em agosto de 2017, realizou as seguintes transações:

- ✓ Aquisição de mercadorias por R\$80.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável no valor de R\$9.600,00.
- ✓ Devolução de 10% das mercadorias adquiridas no mês de agosto de 2017.
- ✓ Venda, por R\$50.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas. Sobre o valor da venda, incide ICMS à alíquota de 12%.

Considerando-se que estas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, em 31.8.2017, a Sociedade Empresária apresentará um saldo de ICMS a Recuperar no valor de:

- a) R\$3.600,00.
- b) R\$3.840,00.
- c) R\$4.800,00.
- d) R\$5.760,00.

Resposta: B

Questão simples cobrando conhecimento de operações com mercadorias. Ela dá o saldo inicial, a movimentação das mercadorias e pede o saldo final da conta de ICMS a Recuperar.



Saldo inicial da Conta de ICMS a recuperar:	1.200,00
(+) ICMS a Recuperar sobre compras:	9.600,00
(-) ICMS sobre a devolução de compras (9.600 x 10%):	960,00
(-) ICMS sobre vendas:	6.000,00
(=) Saldo o ICMS a Recuperar após o movimento:	3.840,00

O Bacharel precisava saber que ao final de cada período de apuração de ICMS as contas de ICMS a recolher (ICMS sobre vendas) e a recuperar (ICMS sobre compras) devem ser confrontadas e a conta com maior saldo absorve a outra. No caso em tela a conta de ICMS a Recuperar absorveu a conta de ICMS a recolher.

8. Uma Sociedade Empresária apresentou o seguinte balancete, após a apuração e destinação do resultado, para elaboração do Balanço Patrimonial de 31.12.2016:

Contas	Saldo em 31.12.2016
13º Salário a Pagar	R\$15.000,00
Adiantamento de Cliente – Curto Prazo	R\$4.000,00
Adiantamento de Salários – Curto Prazo	R\$1.000,00
Bancos conta Movimento	R\$12.000,00
Capital Subscrito	R\$100.000,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	R\$2.000,00
Dividendo Adicional Proposto	R\$6.400,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$60.000,00
Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	R\$40.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer de Empréstimos – Longo Prazo	R\$1.500,00
Férias a Pagar	R\$18.000,00
FGTS a Recolher	R\$2.700,00
Fornecedores – Curto Prazo	R\$133.000,00
ICMS a Recuperar – Curto Prazo	R\$2.000,00
INSS a Recolher	R\$9.000,00
Máquinas e Equipamentos – Bens em Operação	R\$12.000,00



Mercadorias para Revenda	R\$170.000,00
Participações em Coligadas	R\$75.000,00
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – Curto Prazo	R\$8.400,00
Prêmios de Seguro a Apropriar – Curto Prazo	R\$10.000,00
Reserva Legal	R\$5.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o total do Ativo é de:

- a) R\$331.100,00.
- b) R\$331.600,00.
- c) R\$340.000,00.
- d) R\$342.000,00.

Resposta: B

Mais uma questão sobre classificação de contas contábeis. Um cuidado que o Bacharel tem que tomar em resolver esse tipo de questão, além de classificar as contas corretamente, é lembrar-se da natureza das contas (credora ou devedora). No quadro abaixo seguem as contas que fazem parte do Ativo:



Contas	Saldo em 31.12.2016
13º Salário a Pagar	R\$ 15.000,00
Adiantamento de Cliente – Curto Prazo	R\$ 4.000,00
Adiantamento de Salários – Curto Prazo	R\$ 1.000,00
Bancos conta Movimento	R\$ 12.000,00
Capital Subscrito	R\$ 100.000,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.000,00
Dividendo Adicional Proposto	R\$ 6.400,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$ 60.000,00
Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	R\$ 40.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer de Empréstimos – Longo Prazo	R\$ 1.500,00
Férias a Pagar	R\$ 18.000,00
FGTS a Recolher	R\$ 2.700,00
Fornecedores – Curto Prazo	R\$ 133.000,00
ICMS a Recuperar – Curto Prazo	R\$ 2.000,00
INSS a Recolher	R\$ 9.000,00
Máquinas e Equipamentos – Bens em Operação	R\$ 12.000,00
Mercadorias para Revenda	R\$ 170.000,00
Participações em Coligadas	R\$ 75.000,00
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – Curto Prazo	R\$ 8.400,00
Prêmios de Seguro a Apropriar – Curto Prazo	R\$ 10.000,00
Reserva Legal	R\$ 5.000,00

Seguem no quadro abaixo as contas do ativo e, destacadas em vermelho, as contas redutoras:

CONTAS DE ATIVO	
Adiantamento de Salários – Curto Prazo	1.000,00
Bancos conta Movimento	12.000,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	- 2.000,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	60.000,00
ICMS a Recuperar – Curto Prazo	2.000,00
Máquinas e Equipamentos – Bens em Operação	R\$ 12.000,00
Mercadorias para Revenda	170.000,00
Participações em Coligadas	75.000,00
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – Curto Prazo	- 8.400,00
Prêmios de Seguro a Apropriar – Curto Prazo	10.000,00
TOTAL DO ATIVO	331.600,00



Duas contas merecem destaque: adiantamento de clientes e encargos financeiros a transcorrer de empréstimos. Os adiantamentos de clientes representam uma obrigação classificada no passivo e lá devem ficar até o vencimento do direito a receber. Diferente dos adiantamentos a fornecedores que representam um ativo e a baixa de fornecedores a pagar deve acontecer apenas na data de vencimento da obrigação.

9. Uma Sociedade Empresária apresenta as seguintes informações, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídas do seu balancete de verificação em 31.12.2016, das contas de resultado referentes a operações continuadas:

Custo com Venda do Imobilizado	R\$17.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$260.000,00
Despesas Administrativas	R\$15.000,00
Despesas Comerciais	R\$45.000,00
Faturamento Bruto de Vendas	R\$400.000,00
ICMS sobre Vendas	R\$48.000,00
Receita com Venda de Imobilizado	R\$14.000,00
Receita de Aluguéis	R\$40.000,00
Receita Financeira	R\$20.000,00
Vendas Canceladas	R\$10.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, o valor do Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:

- a) R\$19.000,00.
- b) R\$22.000,00.
- c) R\$59.000,00.
- d) R\$62.000,00.



Resposta: C

Mais uma questão sobre classificação de contas contábeis, mas desta vez sobre contas de resultado. O CFC esperava que o Bacharel conhecesse a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício. Colocando as contas de resultado na DRE teremos:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	
Faturamento Bruto de Vendas	400.000,00
(-) ICMS sobre Vendas	- 48.000,00
(-) Vendas Canceladas	- 10.000,00
(=) ROB	342.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	- 260.000,00
(=) Receita Operacional Líquida	82.000,00
(-) Despesas Administrativas	- 15.000,00
(-) Despesas Comerciais	- 45.000,00
(+/-) Outras Receitas e despesas operacionais	37.000,00
Receita de Aluguéis	40.000,00
Receita com Venda de Imobilizado	14.000,00
Custo com Venda do Imobilizado	- 17.000,00
(+) Receita Financeira	20.000,00
Lucro Líquido do Exercício	79.000,00

Neste caso o resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras, como pede o enunciado da questão, equivale a adicionar o valor das Receitas Financeiras ao Lucro Líquido do Exercício anulando o efeito do resultado financeiro na DRE. Neste caso específico podemos fazer assim, haja vista não haver receita ou despesa depois do resultado financeiro.

$$79.000,00 - 20.000,00 = 59.000,00$$



10. Assinale, entre as opções a seguir, aquela que apresenta a **CORRETA** relação entre o tipo de ativo e o exemplo de item a ser considerado na mensuração inicial como componente do seu custo.
- a) Ativo Imobilizado: custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço no mercado, incluindo propaganda e atividades promocionais.
 - b) Ativo Intangível: honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.
 - c) Estoque: despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
 - d) Propriedade para Investimento: perdas operacionais incorridas antes de a propriedade para investimento ter atingido o nível de ocupação previsto.

Resposta: B

A letra B trata da aquisição em separado de ativo intangível, dos custos diretamente atribuíveis a ele e é cópia do texto do item 28 NBC TG 04:

Aquisição separada	
25.	Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haverá benefícios econômicos a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente.
26.	Além disso, o custo de ativo intangível adquirido em separado pode normalmente ser mensurado com confiabilidade, sobretudo quando o valor é pago em dinheiro ou com outros ativos monetários.
27.	O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui: <ul style="list-style-type: none">(a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
28.	Exemplos de custos diretamente atribuíveis são: <ul style="list-style-type: none">(a) custos de benefícios aos empregados (conforme definido na NBC TG 33) incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);(b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e(c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.



11. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o Valor Realizável Líquido é um parâmetro para a mensuração subsequente desse grupo de ativos.

O Valor Realizável Líquido de um estoque de Produtos em Elaboração é apurado pelo modelo apresentado a seguir:

Preço de venda estimado no curso normal dos negócios
(-).....
(-) <u>Gastos estimados necessários para se concretizar a venda</u>
= Valor realizável líquido

Assinale a opção que contém a descrição CORRETA do componente da linha pontilhada, omitido no modelo apresentado.

- a) Custos de ociosidade.
- b) Custos de oportunidade.
- c) Custos estimados para reinvestimento.
- d) Custos estimados para sua conclusão.

Resposta: D

Mais uma vez o CFC cobra o texto literal da NBC TG 16, notadamente no item 6 (Definições):

(...)

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.



12. Uma Sociedade Empresária extraiu os seguintes saldos entre as contas de resultado que virão a ser apresentadas em sua Demonstração do Resultado do período:

CÓDIGO	CONTA	VALOR	NATUREZA DO SALDO
3.06.01.01.001	IRPJ CORRENTE	R\$595.990.143,50	DEVEDOR
3.06.01.01.002	IRPJ DIFERIDO	R\$99.995.973,25	CREDOR
3.06.01.01.003	CSLL CORRENTE	R\$250.565.091,66	DEVEDOR
3.06.01.01.004	CSLL DIFERIDA	R\$36.000.000,00	CREDOR

As siglas IRPJ e CSLL referem-se, respectivamente, ao Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e a NBC TG 32 (R3) – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, a

Despesa com Tributos sobre o Lucro é de:

- a) R\$495.994.170,25.
- b) R\$710.559.261,91.
- c) R\$846.555.235,16.
- d) R\$982.551.208,41.

Resposta: B

Para responder esta questão não era necessário saber tudo sobre IRPJ e CLSS diferidos. Alias, esse é um assunto que merece maior destaque e não vamos tratar dele a fundo neste momento. Bastava que o Bacharel se ligasse na classificação das contas, pois todas são de resultado:

CÓDIGO	CONTA
3.06.01.01.001	IRPJ CORRENTE
3.06.01.01.002	IRPJ DIFERIDO
3.06.01.01.003	CSLL CORRENTE
3.06.01.01.004	CSLL DIFERIDA



Assim, as contas de natureza credora representam o estorno do IRPJ e da CSLL que devem ser controladas em conta de ativo como IRPJ e CSLL diferidos, a diferença entre o diferido e o IRPJ e CLSS corrente é o valor que da despesa com estes tributos.

CÓDIGO	CONTA	VALOR	NATUREZA DO SALDO
3.06.01.01.001	IRPJ CORRENTE	595.990.143,50	DEVEDOR
3.06.01.01.002	IRPJ DIFERIDO	- 99.995.973,25	CREDOR
3.06.01.01.003	CSLL CORRENTE	250.565.091,66	DEVEDOR
3.06.01.01.004	CSLL DIFERIDA	- 36.000.000,00	CREDOR
TOTAL DA DESPESA TRIBUTÁRIA		710.559.261,91	

13. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações quanto aos saldos de suas contas patrimoniais em 31.12.2016:

✓ Bancos Conta Movimento	R\$24.083,00
✓ Caixa	R\$2.043,00
✓ Capital a Integralizar	R\$11.158,00
✓ Capital Subscrito	R\$150.625,00
✓ Depreciação Acumulada de Edificações de Uso	R\$28.537,00
✓ Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$77.527,00
✓ Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$32.000,00
✓ Edificações de Uso	R\$183.904,00
✓ Empréstimos a Pagar – Curto Prazo	R\$79.068,00
✓ Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	R\$17.621,00
✓ Encargos Financeiros a Transcorrer – decorrente de Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$2.161,00
✓ Fornecedores – Curto Prazo	R\$91.950,00
✓ ICMS a Recuperar – Curto Prazo	R\$2.851,00



✓ Mercadorias para Revenda	R\$128.391,00
✓ Reservas para Contingências	R\$28.657,00
✓ Telefone a Pagar – Curto Prazo	R\$3.660,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, é CORRETO afirmar que:

- a) o saldo do Ativo Circulante é de R\$234.895,00.
- b) o saldo do Ativo Não Circulante é de R\$166.525,00.
- c) o saldo do Passivo Circulante é de R\$174.678,00.
- d) o saldo do Patrimônio Líquido é de R\$179.282,00.

Resposta: A

Mais uma questão que trata de classificação de contas contábeis. Segue abaixo a classificação correta:



ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Bancos Conta Movimento	24.083,00	Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	32.000,00
Caixa	2.043,00	Enc. Financ a Transcorrer – Duplicatas Descontadas -	2.161,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	77.527,00	Empréstimos a Pagar – Curto Prazo	79.068,00
ICMS a Recuperar – Curto Prazo	2.851,00	Fornecedores – Curto Prazo	91.950,00
Mercadorias para Revenda	128.391,00	Telefone a Pagar – Curto Prazo	3.660,00
Total de Ativo Circulante	234.895,00	Total de Passivo Circulante	204.517,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Edificações de Uso	183.904,00	Empréstimos a Pagar – Longo Prazo	17.621,00
Depreciação Acumulada de Edificações de Uso -	28.537,00	Total de Passivo Não Circulante	17.621,00
Total de Ativo Não Circulante	155.367,00	PARIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital a Integralizar	- 11.158,00
		Capital Subscrito	150.625,00
		Reservas para Contingências	28.657,00
		Total de Patrimônio Líquido	168.124,00
TOTAL DO ATIVO	390.262,00	TOTAL DO PASSIVO	390.262,00

Três contas merecem atenção especial: a) Capital a integralizar que tem natureza redutora do Patrimônio Líquido; b) duplicatas descontadas que hoje faz parte do passivo; c) Encargos financeiros a transcorrer que é conta redutora do passivo.

14. As normas contábeis, atualmente em vigor no Brasil, requerem, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a identificação da Participação de Não Controladores.

Considerando-se o que dispõe a NBC TG 36 (R3) – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, a participação de não controlador é:

- a) a parte do ativo da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.



- b) a parte do ativo da controladora não atribuível, direta ou indiretamente, à controlada.
- c) a parte do patrimônio líquido da controladora não atribuível, direta ou indiretamente, à controlada.
- d) a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Resposta: D

O CFC esperava que o Bacharel conhecesse o Apêndice A – Definições e termos da NBC TG 36: *“Participação de não controlador é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.”*

15. De acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a apresentação das despesas na Demonstração do Resultado do período poderá utilizar uma classificação com base na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade.

Assinale a opção que contém apenas exemplos de despesas classificadas por Natureza:

- a) Despesas Administrativas, Despesas com Depreciação e Despesas com Vendas.
- b) Despesas com Benefícios a Empregados, Despesas com Publicidade e Despesas com Depreciação.
- c) Despesas com Benefícios a Empregados, Custo dos Produtos Vendidos e Despesas Administrativas.
- d) Despesas com Vendas, Despesas com Depreciação e Custo dos Produtos Vendidos.

Resposta: B

A questão trata do item 99 da NBC TG 26 de estabelece que *“A entidade deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou*



na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais”.

Para facilitar a interpretação podemos dizer que despesas classificadas por função representam um grupo de despesas e não um tipo de despesa. Vamos ver alguns exemplos:

a) Custo de produtos vendidos: neste grupo encontramos custo de mão de obra, depreciação de máquinas, aluguel da fábrica, matéria prima aplicada e outras.

b) Despesas com vendas: frete de vendas, seguro de transporte, ou seja, despesas necessárias para realizar as vendas.

c) Despesas administrativas: aluguel do escritório, folha de pagamento de pessoal administrativo, telefone, internet, depreciação dos computadores, ou seja, despesas que vão ocorrer independentemente da fábrica produzir ou não.

Quando classificamos as despesas por natureza não as dividimos por função na empresa. Depreciação, por exemplo, agrupa o desgaste do ativo imobilizado seja ele uma máquina da fábrica ou um computador do escritório. Perceba que a natureza da despesa é o foco e não a função para que se gasta. Desta forma a letra B é a única alternativa que apresenta apenas despesas classificadas por natureza (benefícios a funcionários, publicidade e depreciação). Na letra A Despesas Administrativas e Despesas com Vendas são classificações por função. Na letra C Custos dos Produtos Vendidos e Despesas Administrativas são classificações por função. Na letra D Despesas com Vendas e Custos de Produtos Vendidos também são classificações por função.

16. Uma Sociedade Empresária apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2016, diante da presença de indicativo de perda para um determinado ativo imobilizado – mas antes da realização do Teste de Redução ao Valor Recuperável –, um imobilizado registrado pelo valor contábil de R\$20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- ✓ Custo de Aquisição: R\$24.000.000,00.
- ✓ Depreciação Acumulada: R\$4.000.000,00.



Após realizar o Teste de Redução ao Valor Recuperável para este ativo imobilizado, a Sociedade Empresária obteve as seguintes informações:

- ✓ Valor em uso do imobilizado: R\$21.000.000,00.
- ✓ Valor justo líquido das despesas de venda do imobilizado: R\$19.000.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, para a correta evidenciação dos fatos apresentados nas Demonstrações Contábeis do ano de 2016, a Sociedade Empresária deve:

- a)** manter o valor contábil de R\$20.000.000,00 no Balanço Patrimonial apresentado ao final do ano de 2016.
- b)** reconhecer uma perda estimada para redução ao valor recuperável, na Demonstração do Resultado do período, no valor de R\$1.000.000,00.
- c)** reconhecer, no resultado do ano de 2016, uma perda estimada para redução ao valor recuperável no valor de R\$3.000.000,00.
- d)** reverter parcialmente a Depreciação Acumulada e reconhecer um ganho, na Demonstração do Resultado do período, de R\$1.000.000,00.

Resposta: A

Para resolver esta questão precisamos conhecer qual o valor contábil o ativo que se testa a recuperabilidade (*Impairment test*). No caso em tela o valor contábil é de 20.000,00 (custo de aquisição diminuído da depreciação acumulada). A perda ocorre quando o teste aponta que o valor que o ativo retornará para a proprietária, pelo uso e pela sua venda, é menor que o reconhecido na contabilidade. Vejamos as definições trazidas pela NBC TG 01:



Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(...)

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

(...)

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vamos aos dados trazidos pela questão:

Valor contábil:	20.000,00
Valor em uso:	21.000,00
Valor justo:	19.000,00

O valor recuperável do ativo será o **maior valor** encontrado entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda e, **somente haverá perda se os dois forem menores que o valor contábil**. Na questão podemos dizer que o valor recuperável do ativo é o valor em uso de 21.000,00, haja vista ser maior que o valor justo de 19.000,00. Quer dizer que os fluxos de caixa futuros descontados (atualizados) representam entradas de caixa no valor de 21.000,00. Sendo assim, não há perda a ser reconhecida e o ativo deve permanecer registrado pelo seu valor contábil.



17. Em 1º.7.2017, uma Academia de Ginástica inaugurou suas instalações com o lançamento de uma campanha que consiste em que seus alunos paguem o pacote trimestral promocional no valor de R\$375,00, à vista, no ato da matrícula. Aderindo a esse pacote, o contrato firmado entre as partes garante ao aluno o direito de frequentar a Academia em qualquer horário, durante três meses, sete dias da semana. O contrato prevê que, independentemente da frequência do contratante, ao fim de cada mês o valor proporcional é considerado devido e não mais passível de devolução.

No mesmo dia da inauguração, a Academia de Ginástica efetuou a matrícula de 20 alunos e registrou o recebimento, em dinheiro, em seu Caixa no valor de R\$7.500,00.

Durante todo o mês de julho, a Academia de Ginástica não efetuou mais nenhuma matrícula e funcionou regularmente. Ao final do mês, apurou que, em média, o comparecimento dos alunos foi de 50%.

A Academia de Ginástica apura mensalmente suas receitas e despesas, em atendimento ao Regime de Competência.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 30 – RECEITAS; e desconsiderando-se os aspectos tributários, o valor da receita que deve ser reconhecida no mês de julho de 2017 é de:

- a) R\$1.250,00.
- b) R\$2.500,00.
- c) R\$3.750,00.
- d) R\$7.500,00.

Resposta: B



O primeiro comentário a ser feito sobre esta questão é que a NBC TG 30 foi revogada pela NBC TG 47 de 5 de novembro de 2016, entretanto os efeitos da nova norma devem ser aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018. Mas, haja vista se tratar do exercício de 2017, aplica-se o seguinte dispositivo (NBC TG 30):

*21. O reconhecimento da receita com referência ao estágio de execução de uma transação é usualmente denominado como sendo o **método da percentagem completada**. Por esse método, a receita é reconhecida nos períodos contábeis em que os serviços são prestados. O reconhecimento da receita nessa base proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e o desempenho dos serviços prestados durante o período. A NBC TG 17 também exige o reconhecimento da receita nessa mesma base. As exigências naquela Norma são geralmente aplicáveis ao reconhecimento da receita e dos gastos associados a uma transação que envolva a prestação de serviços. **(Grifo nosso)***

Sabendo que a presença ou não dos alunos não influencia no cálculo da receita mensal e que o valor pago refere-se à três meses, fazemos o cálculo linear:

Valor mensal: $7.500,00 \div 3 = 2.500,00$.

18. Em 31.12.2016, uma Sociedade Empresária adquiriu o direito de uso de uma patente por R\$1.800.000,00; pagou 80% à vista e o restante com vencimento em 31.1.2017. Para fins de registro contábil do ativo, o efeito do valor do dinheiro no tempo foi considerado imaterial.

Essa patente permite à Sociedade Empresária fabricar e comercializar, durante os próximos 6 anos, um produto exclusivo e de grande aceitação no mercado.

A projeção de produção e comercialização desse produto é apresentada a seguir:



ANO	VOLUME DE PRODUÇÃO E VENDAS
1	100.000 unidades
2	200.000 unidades
3	300.000 unidades
4	350.000 unidades
5	200.000 unidades
6	50.000 unidades
TOTAL	1.200.000 unidades

Informações Adicionais:

- ✓ A Sociedade Empresária utiliza, como Critério de Amortização, o Método de Unidades Produzidas.
- ✓ Ao final do 6º ano de utilização, a patente tem valor residual estimado igual a zero.
- ✓ Conforme projetado, no 1º ano foram produzidas e vendidas 100.000 unidades e não houve alteração do volume de produção previsto para os anos seguintes.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, o valor contábil do grupo Ativo Não Circulante – Intangível, ao final do 1º ano, será de:

- a) R\$1.440.000,00.
- b) R\$1.500.000,00.
- c) R\$1.650.000,00.
- d) R\$1.800.000,00.

Resposta: C

Métodos previstos na NBC TG 04:



98. Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método linear, também conhecido como método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o **método de unidades produzidas**. A seleção do método deve obedecer ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados, incorporados ao ativo, e aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão. **(Grifo nosso)**

Utilizando o método de unidades produzidas o mais fácil é calcular quanto devemos amortizar por unidade:

Valor contábil do intangível:	1.800.000,00
Número de unidades produzidas:	1.200.000,00
Valor unitário a amortizar:	1,50 (1.800.000 ÷ 1.200.000)
Amortização no primeiro ano:	150.000,00 (1,50 x 100.000)
Valor contábil 1º ano:	1.650.000,00 (1.800.000,00 – 150.000,00)

Um ponto importante a ser destacado que o ativo intangível somente pode sofrer amortização se sua vida útil for definida. Caso se trate de um ativo intangível de vida útil indefinida ele ficará sujeito apenas a teste de recuperabilidade (*impairment test*). Este teste deve ocorrer ao menos uma vez por ano e sempre que existam indícios de perda de valor recuperável.

19. Uma Sociedade Empresária, em 31.12.2016, apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Contas	Saldos
Adiantamento a Empregados	R\$5.700,00
Adiantamento de Cliente	R\$13.900,00
Adiantamentos a Fornecedores	R\$12.500,00



Caixa	R\$51.200,00
Capital a Integralizar	R\$59.500,00
Capital Subscrito	R\$115.000,00

No mês de janeiro de 2017, ocorreu um único fato: o fornecedor entregou mercadorias destinadas a revenda, no valor de R\$12.500,00, que já haviam sido pagas antecipadamente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se os efeitos tributários, o total do Ativo em 31.1.2017 é de:

- a) R\$63.700,00.
- b) R\$69.400,00.
- c) R\$70.800,00.
- d) R\$83.300,00.

Resposta: B

Questão tranquila que aborda classificação das contas contábeis e um fato contábil permutativo. Primeiro o Bacharel precisava saber quais as contas de ativo:

Contas	Saldos
Adiantamento a Empregados	R\$5.700,00
Adiantamentos a Fornecedores	R\$12.500,00
Caixa	R\$51.200,00
	R\$ 69.400,00

Depois precisava atentar que a entrega das mercadorias ensejaria o seguinte lançamento do fato contábil permutativo:



D – Mercadorias para Revenda (AC)
C – Adiantamento a Fornecedores (AC) 12.500,00

Ou seja, não há modificação do total do ativo cujo valor é de 69.400,00.

- 20.** No Brasil, conforme disposto pela Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, o Patrimônio Líquido é dividido nos seguintes grupos:
- a) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.
 - b) Capital Social, Reservas de Reavaliação, Reservas de Contingência, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.
 - c) Capital Subscrito, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Dividendo Mínimo Obrigatório.
 - d) Capital Subscrito, Reservas de Capital, Juros sobre o Capital Próprio, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Lucros Acumulados.

Resposta: A

A questão cobra o texto do inciso III do §2º do artigo 178 da Lei 6.404/76: *patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).*

- 21.** A Lei n.º 6.404/76 estabelece que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:
- I. o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
 - II. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
 - III. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao



capital e o saldo ao fim do período.

Considerando-se o que dispõe a Lei n.º 6.404/76, no que se refere à Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do Capital Social e poderá ser incluída na Demonstração do Valor Adicionado, se elaborada e publicada pela companhia.
- b) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados poderá indicar o montante do dividendo por ação do Capital Social e deverá ser incluída na Demonstração de Resultado do período, a ser elaborada e publicada pela companhia.
- c) Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- d) Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de avaliação de ativos, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, desde que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Resposta: C

Esta questão poderia ser resolvida por eliminação das alternativas erradas. A letra A e B estão erradas, pois a DLPA poderá ser incluída na DMPL e não na DVA, nem na DRE. A letra D está errada, pois “ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que **não possam ser atribuídos** a fatos subsequentes” (Art. 186, §1º da Lei 6.404/76). O gabarito da questão, letra C, é o texto literal do artigo 186, §1º.



22. Uma Sociedade Empresária adquiriu, em 31.12.2015, um caminhão, por R\$700.000,00, à vista, e o registrou como um Ativo Imobilizado.

A Sociedade Empresária definiu a vida útil do caminhão em 600.000 km e o valor esperado de venda para esse caminhão, ao final de sua vida útil, foi estimado em R\$100.000,00.

Em 30.6.2017, a Sociedade Empresária vendeu o caminhão por R\$415.000,00, à vista.

Sabe-se, ainda, que a Sociedade Empresária calcula a depreciação de acordo com a quilometragem percorrida pelo caminhão e que, até o momento da venda, o caminhão havia percorrido 300.000 km.

A estimativa de vida útil e o valor residual não sofreram alterações.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, no que se refere à apuração do Resultado Líquido relativo à baixa do Ativo Imobilizado – Veículo de Uso, a Sociedade Empresária incorreu em:

- a) ganho de R\$115.000,00.
- b) ganho de R\$15.000,00.
- c) perda de R\$115.000,00.
- d) perda de R\$15.000,00.

Resposta: B

Para resolver esta questão o Bacharel precisava conhecer o conceito de valor depreciável: é o custo de aquisição do ativo, ou valor que o substitua, reduzido do valor residual. Outro conceito necessário é o de valor residual: é o valor estimado de venda, diminuído das despesas de venda, no final da vida útil do ativo. Por último, precisava conhecer o método de depreciação pelo uso:



desgaste do ativo proporcional a sua capacidade de produção (no caso em tela, a quilometragem que o caminhão poderia rodar). Sabendo disso seguimos aos cálculos de acordo com as informações fornecidas pelo enunciado:

DADOS SOBRE O USO DO BEM	
TEMPO DE VIDA ÚTIL	600.000 KM
KILOMETRAGEM RODADA	300.000KM
DESGASTE PELO USO	50%

APURAÇÃO DOS GANHOS OU PERDAS NA VENDA		
1	VENDA DO IMOBILIZADO	415.000,00
2	CUSTO DE AQUISIÇÃO	700.000,00
	(-) VALOR RESIDUAL	100.000,00
	(=) VALOR DEPRECIÁVEL	600.000,00
3	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	300.000,00
4	(=) VALOR CONTÁBIL (2 - 3)	400.000,00
5	GANHO NA VENDA (1 - 4)	15.000,00

23. Conforme a terminologia aplicável na Contabilidade de Custos, a aquisição de matéria prima para utilização futura e o consumo de material secundário utilizado na produção são classificados, respectivamente, como:

- a) custo e custo.
- b) custo e investimento.
- c) investimento e custo.
- d) investimento e investimento.

Resposta: C



Gastos com estoque de matéria prima que serão utilizados no futuro são classificados como investimento temporário até que sejam consumidos no processo produtivo. Por outro lado, material secundário utilizado na produção são classificados como custo de produção. Perceba o custo de produção continuará ativado até que os produtos sejam vendidos, momento em que serão reconhecidos no resultado. Portanto a letra C é a alternativa mais correta.

24. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes informações relativas à produção do Produto A, no mês de julho de 2017:

✓ Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	R\$25.000,00
✓ Estoque Final de Produtos em Elaboração	R\$10.000,00
✓ Matéria Prima Consumida	R\$90.000,00
✓ Mão de Obra Direta	R\$26.000,00
✓ Custos Indiretos de Fabricação alocados ao Produto A	R\$19.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e utilizando-se o Custeio por Absorção, o Custo dos Produtos Acabados, em julho de 2017, é de:

- a) R\$125.000,00.
- b) R\$131.000,00.
- c) R\$135.000,00.
- d) R\$150.000,00.

Resposta: D

Para responder esta questão o Bacharel precisava conhecer uma fórmula básica de custos: **CPV = Estoque inicial + Custos diretos + Custos indiretos – Estoque final**. Essa fórmula funciona com mercadorias também: **CMV = Estoque inicial + Compras líquidas – Estoque final**. Embora a questão fale em sistema de custeio por absorção, não era necessário se preocupar com critério de rateio dos custos indiretos de fabricação (CIF) haja vista que só havia um produto sendo fabricado. Assim, apenas deveríamos organizar as contas informadas na questão e aplicar a fórmula:



APURAÇÃO DO CUSTO DE TRANSFORMAÇÃO		
	Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	25.000,00
Custos Diretos	(+) Matéria Prima Consumida	90.000,00
	(+) Mão de Obra Direta	26.000,00
Custos Indiretos	(+) Custos Indiretos de Fabricação alocados ao Produto A	19.000,00
	(-) Estoque Final de Produtos em Elaboração	10.000,00
	(=) Custo de Produtos Acabados	150.000,00

25. Em 30.6.2016, uma Indústria que atua no ramo de confecção adquiriu 5.000 metros de tecido por R\$50.000,00. Incorreu também em frete para transporte desse tecido, no valor de R\$10.000,00.

Durante o mês de julho de 2017, fabricou 2.000 unidades de um único produto, com 4.000 metros de tecido.

Além do tecido, também foram aplicados à produção os seguintes custos:

- ✓ Mão de obra direta das costureiras: R\$18,00 por unidade produzida.
- ✓ Depreciação das máquinas: R\$1.000,00 no mês, calculada pelo Método Linear.
- ✓ Mão de obra do supervisor de produção: R\$16.000,00 no mês.
- ✓ Aluguel mensal da área de produção: R\$3.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se os aspectos tributários, o total de Custos Variáveis aplicados a produção das 2.000 unidades, no mês de julho de 2017, foi de:

- a) R\$76.000,00.
- b) R\$80.000,00.
- c) R\$84.000,00.
- d) R\$96.000,00.

Resposta: C



Questão um pouco mais elaborada sobre custos, mas relativamente simples, embora em uma primeira leitura pareça complicado. O comando da questão pede que o Bacharel conheça o conceito de custo fixo e custo variável. Custo fixo é aquele que não se altera com o aumento ou diminuição da produção. Custo variável é aquele que aumenta ou diminui junto com a produção. Vamos analisar cada custo informado na questão:

Custo de aquisição de matéria prima

Talvez esse seja o ponto mais difícil da questão. Matéria prima aplicada é custo variável, ou seja, quanto mais se produz mais se gasta. O ponto aqui é que Bacharel precisava encontrar o custo unitário e multiplica-lo pela quantidade produzida:

APURAÇÃO DO CUSTO DE MATÉRIA PRIMA	
Compra de Matéria Prima (MP)	50.000,00
Frete sobre compras de MP	10.000,00
(+) Quantidade - em metros	5.000
(=) Custo unitário de MP	12,00
(x) Quantidade utilizada	4.000
(=) Total de custo de MP	48.000,00

O custo de aquisição de matéria prima tem sua composição estabelecida pelo item 11 da NBC TG 16:

*11. O custo de aquisição dos estoques compreende o **preço de compra**, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como **os custos de transporte**, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes*



devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (Grifo nosso)

No caso apresentado no enunciado da questão observamos apenas dois dos itens citados na NBC TG: Preço de compra e o frete.

Custo de mão de obra direta

Para apurar o custo de mão de obra direta, como o enunciado já aponta o custo unitário (R\$ 18,00), basta multiplicar o custo unitário pela quantidade produzida.

APURAÇÃO DE CUSTO COM MÃO DE OBRA DIRETA	
Mão de Obra Direta (MOD) - Unitária	18,00
(x) Quantidade produzida	2.000
(=) Custo total de MOD	36.000,00

Despesas com depreciação

Trata-se de um custo indireto que não varia com a quantidade produzida se o método de cálculo for linear, como apontado na questão, portanto é um custo fixo e não deve ser considerado no nosso cálculo. Aqui cabe uma observação: se for utilizado o método de unidade produzida este custo passa a ser variável.

Mão de obra do supervisor

Trata-se de um custo fixo, pois não varia com a produção e não deve ser considerado no nosso cálculo. Inclusive, caso este supervisor for responsável pela produção de mais de um produto, deve ser utilizado um critério de rateio para se chegar ao custo unitário da sua mão de obra.



Aluguel da área de produção

Certamente a indústria não pagará um valor menor se produzir menos ou um valor maior se produzir mais, salvo por disposição contratual que não se faz comum. Assim, este valor também não faz parte do nosso cálculo por ser um custo fixo.

Apuração do custo variável

Como vimos, fazem parte do custo variável apenas o **custo de matéria prima aplicada** e o **custo de mão de obra direta** como segue:

APURAÇÃO DO CUSTO VARIÁVEL	
Custo de Materia Prima aplicada	48.000,00
(+) Custo de Mão de Obra Direta	36.000,00
(=) Custo Variável	84.000,00

26. Considerando-se o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o registro contábil da constituição de uma provisão será efetuado a crédito de conta de Provisões e a débito de conta pertencente ao grupo de:

- a) Créditos Empenhados a Liquidar.
- b) Créditos Empenhados em Liquidação.
- c) Variações Patrimoniais Aumentativas.
- d) Variações Patrimoniais Diminutivas.

Resposta: D

Primeiramente vamos ver qual o conceito de provisão apresentado pela 7ª Edição do MCASP:

10.2. PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos



capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

O MCASP traz também a indicação de como reconhecer uma provisão como segue abaixo:

Reconhecimento da provisão

Natureza da informação: patrimonial

D 3.9.7.x.x.xx.xx VPD de Constituição de Provisões

C 2.x.7.x.x.xx.xx Provisões (P)

Portanto, não resta dúvida que uma provisão deve ser reconhecida como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) na sua constituição.

- 27.** A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas pela Contabilidade Pública, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP dispõe sobre regras de integridade relativas ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Uma das regras de integridade refere-se aos Lançamentos Contábeis, sendo que o MCASP destaca que o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.

O PCASP está dividido em oito classes, a saber: 1 – Ativo; 2 – Passivo; 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas; 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas; 5 – Controle e Aprovação do Planejamento e Orçamento; 6 – Controle e Execução do Planejamento e Orçamento; 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores.



Considerando-se o que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre as regras de integridade do PCASP, assinale a afirmativa CORRETA em relação aos lançamentos contábeis.

- a) Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam contas das classes 5 e 6, apenas.
- b) Lançamentos de natureza orçamentária debitam e creditam contas das classes 7 e 8, apenas.
- c) Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam contas das classes 1, 2 e 7, apenas.
- d) Lançamentos de natureza patrimonial debitam e creditam contas das classes 1, 2 e 5, apenas.

Resposta: A

A questão cobra conhecimentos sobre o MCASP, **Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**, notadamente sobre o item **3.5.1. Lançamentos Contábeis**. Segundo o MCASP os lançamentos estarão fechados dentro das classes 1 a 4, 5 e 6, 7 e 8 como segue:

- “a. Lançamentos de natureza patrimonial: apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.*
- b. Lançamentos de natureza orçamentária: apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6.*
- c. Lançamentos de natureza de controle: apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.”*

Vamos facilitar a visualização dos grupos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público trazendo a Estrutura Básica apresentada pelo MCASP – parte IV no item 3.2.1 (página 345):



PCASP	
1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante	2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências e Delegações Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda De Ativos e Incorporação de Passivos 3.7 - Tributárias 3.8 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências e Delegações Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar
7 – Controles Devedores 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.5 - Consórcios Públicos 7.8 - Custos 7.9 - Outros Controles	8 – Controles Credores 8.1 - Execução dos Atos Potenciais 8.2 - Execução da Administração Financeira 8.3 - Execução da Dívida Ativa 8.4 - Execução dos Riscos Fiscais 8.5 - Execução dos Consórcios Públicos 8.8 - Apuração de Custos 8.9 - Outros Controles

Outro ponto relevante sobre o assunto abordado por esta parte do MCASP é que os lançamentos contábeis são uma das Regras de Integração do PCASP. Estas regras têm como Finalidade garantir a integridade dos procedimentos contábeis, a qualidade, a consistência e a transparência das informações contábeis geradas. São elas:



“a. Lançamentos Contábeis

b. Pagamento e Recebimento

c. Desenvolvimento de Equações Contábeis

d. Consistência dos Registros e Saldos de Contas”

Para conhecer os detalhes destas regras leiam o item 3.5 da Parte IV do MCASP.

28. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei n.º 4.320/1964: dívida ativa tributária e dívida ativa não tributária.

Considerando-se o que estabelece a Lei n.º 4.320/64, assinale a opção que contenha apenas itens que podem dar origem à inscrição em Dívida Ativa Tributária.

- a)** Empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza.
- b)** Foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.
- c)** Impostos, taxas, contribuição de melhoria e os respectivos adicionais e multas.
- d)** Indenizações e créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira.

Resposta: C

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria são as espécies de tributos previstas no artigo 5º do Código tributário Nacional (classificação tripartite). A ausência de pagamento dos créditos tributários, bem como seus respectivos acréscimos e multas fazem parte da dívida tributária. Por isso a letra C é o gabarito da questão, haja vista que as demais alternativas trazem exemplos da dívida ativa não tributária como podemos observar no texto do §2º do artigo 39 da Lei 4.320:



“§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmos, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.” (Grifo nosso)

Perceba que, embora a Constituição Federal, que adota a classificação pentapartite dos tributos (Impostos, taxa, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais), a Lei 4.320/64 reconhece como dívida ativa tributária apenas aquela cuja origem vem dos impostos, taxas e contribuições de melhoria (classificação tripartite).

29. Uma Indústria produz um único produto e adota como método de custeamento o Custeio Variável. Essa Indústria apresentou, em 31.8.2017, a seguinte Demonstração de Resultado para fins gerenciais, referente ao mês de agosto, equivalente à produção e venda de 500 unidades:

Demonstração de Resultado para fins gerenciais	
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$450.000,00
(-) Tributos sobre Vendas	(R\$81.000,00)
(-) Comissão sobre Vendas	(R\$18.000,00)
(-) Custos Variáveis	(R\$200.000,00)
= Margem de Contribuição	R\$151.000,00
(-) Custos Fixos	(R\$85.000,00)
(-) Despesas Fixas	(R\$34.000,00)
= Resultado do Período	R\$32.000,00



Para o mês de setembro de 2017, a Indústria estima produzir e vender 400 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições e com a mesma estrutura disponível em agosto de 2017.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, a Margem de Contribuição Total da Indústria, prevista para setembro de 2017, é de:

- a) R\$151.000,00.
- b) R\$120.800,00.
- c) R\$117.200,00.
- d) R\$104.600,00.

Resposta: B

Para resolver esta questão o primeiro passo é encontrar o preço unitário de venda do produto. É só dividir o total da Receita de Vendas pela quantidade vendida:

Preço unitário: $450.000,00 \div 500 = 900,00$

Depois encontraremos o total da Receita de Vendas de setembro multiplicando o preço unitário pela quantidade vendida em setembro:

Receita de Vendas em setembro: $900,00 \times 400 = 360.000,00$

O enunciado da questão não diz qual o percentual aplicado sobre as vendas para encontrar os Tributos sobre Vendas e a Comissão sobre Vendas, tampouco dá informações para chegar aos demais custos variáveis da indústria. Desta forma, a melhor alternativa é encontrar o percentual que foi aplicado da seguinte forma:

Tributos sobre as Vendas: $81.000,00 \div 450.000,00 = 0,18$ ou 18%

Comissão sobre vendas: $18.000,00 \div 450.000,00 = 0,04$ ou 4%

Custos Variáveis: $200.000,00 \div 450.000,00 = 0,44$ ou $\pm 44,44\%$



Observe que é uma estimativa e o percentual encontrado para os Custos Variáveis é aproximado. Aplicamos estes percentuais sobre a Receita de Vendas teremos a seguinte Demonstração de Resultado:

APURAÇÃO DO RESULTADO	Agosto/2017	Setembro/2017
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$ 450.000,00	R\$ 360.000,00
(-) Tributos sobre Vendas	-R\$ 81.000,00	-R\$ 64.800,00
(-) Comissão sobre Vendas	-R\$ 18.000,00	-R\$ 14.400,00
(-) Custos Variáveis	-R\$ 200.000,00	-R\$ 160.000,00
= Margem de Contribuição	R\$151.000,00	R\$ 120.800,00
(-) Custos Fixos	-R\$ 85.000,00	-R\$ 85.000,00
(-) Despesas Fixas	-R\$ 34.000,00	-R\$ 34.000,00
= Resultado do Período	R\$32.000,00	R\$ 1.800,00

O Bacharel precisava saber que os Custos Fixos e Despesas Fixas de setembro são idênticos aos apresentados em agosto, isto porque não variam com a quantidade vendida. Nesse ponto é preciso destacar que a utilização de um índice calculado por aproximação como no caso dos Custos Variáveis desta questão, as vezes, prejudica a performance do Bacharel na prova, mas precisamos sempre contar com uma “gordurinha” para queimar nestas questões.

30. No mês de agosto de 2017, uma Indústria produziu e vendeu 5.000 unidades de um único produto e apresentou a seguinte Demonstração de Resultado para fins gerenciais, de acordo com o método de Custeio Variável:

<i>Demonstração do Resultado para fins gerenciais</i>	
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$2.500.000,00
(-) Tributos sobre Vendas	(R\$450.000,00)
= Receita Líquida de Vendas	R\$2.050.000,00



(-) Custos Variáveis	(R\$750.000,00)
(-) Comissão sobre Vendas	(R\$125.000,00)
= Margem de Contribuição	R\$1.175.000,00
(-) Custos Fixos	(R\$1.222.000,00)
(-) Despesas Fixas	(R\$188.000,00)
= Resultado do Período	(R\$235.000,00)

Informação Adicional:

- ✓ No valor dos Custos Fixos está incluído o valor de R\$117.500,00 referente à depreciação das máquinas e equipamentos da Indústria.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, em relação ao ponto de equilíbrio, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Se a Indústria produzir e vender 5.100 unidades mensais, terá prejuízo de R\$23.500,00.
- b) Se a Indústria produzir e vender 5.500 unidades mensais, atingirá o ponto de equilíbrio financeiro.
- c) Se a Indústria produzir e vender 6.000 unidades mensais, atingirá o ponto de equilíbrio contábil.
- d) Se a Indústria produzir e vender 6.400 unidades mensais, terá lucro de R\$94.000,00.

Resposta: A

A primeira coisa a se fazer nesta questão é descobrir qual o preço de venda do produto conforme segue abaixo:

Preço de Venda: $2.500.000,00 \div 5.000 = R\$ 500,00$.

Depois temos que descobrir qual o percentual dos tributos e comissões sobre vendas dividindo os tributos e comissões pelo total das vendas conforme segue:



Tributos sobre vendas: $450.000,00 \div 2.500.000,00 = 0,18$ ou 18%.
Comissão sobre vendas: $125.000,00 \div 2.500.000,00 = 0,05$ ou 5%.

Em seguida devemos descobrir qual o valor unitário dos Custos Variáveis dividindo o total dos custos pela quantidade vendida conforme demonstraremos:

Custo Variável unitário: $750.000,00 \div 5.000 = R\$ 150,00$.

Agora temos todas as informações necessárias para fazer o cálculo do Ponto de Equilíbrio Contábil, Financeiro e para montar as DREs com 5.100 e 6.400 unidades. Só precisamos conhecer as fórmulas de Ponto de Equilíbrio.

$$PE \text{ Contábil} = \frac{\text{Custos e despesas fixas}}{\text{Margem de contribuição}}$$

$$PE \text{ financeiro} = \frac{\text{Custos e Despesas Fixas} - \text{Desp. não desembolsáveis}}{\text{Margem de contribuição}}$$

Ah! Não podemos esquecer do conceito de **Margem de Contribuição**: é a receita de vendas diminuída das despesas variáveis. No nosso caso é o preço de venda diminuído das despesas variáveis. Para facilitar vamos calcular os custos e despesas variáveis unitários:

CÁLCULO DOS CUSTOS E DESPESAS VARIÁVEIS	
Tributos sobre as vendas: 500,00 x 18%	90,00
Comissões sobre vendas: 500,00 x 5%	25,00
Custos variáveis	150,00
Total de Custos Variáveis	265,00



Agora estamos definitivamente prontos!!!

Ponto de Equilíbrio Contábil

$$PE \text{ Contábil} = \frac{1.410.000,00}{500,00 - 265,00} = 6.000 \text{ unidades.}$$

Isto significa que ao vender 6.000 unidades o lucro da entidade será igual a zero. Qualquer venda acima de 6.000 unidades gera lucro. Percebam a importância da informação para a gestão de negócios. Portanto, a alternativa **C esta correta**.

Ponto de Equilíbrio Financeiro

Para o cálculo do ponto de equilíbrio financeiro vamos utilizar a informação dada no enunciado sobre a depreciação das máquinas e considerar que é a única despesa não desembolsável apresentada na questão. Vejamos como fica o cálculo:

$$PE \text{ financeiro} = \frac{1.410.000,00 - 117.500,00}{500,00 - 265,00} = 5.500 \text{ unidades}$$

Isto significa que se a entidade vender 5.500 unidades o resultado financeiro será igual a zero. Em outras palavras, haverá um prejuízo de 117.500,00, mas este prejuízo não afeta a capacidade de pagamentos da entidade por ser composto por despesas que não são desembolsáveis. A alternativa **B esta correta**.

Vamos montar as duas demonstrações de resultado do exercício, com 6.400 e 5.100 unidades vendidas:



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$ 3.200.000,00	→ 6.400 UNIDADES X 500,00
(-) Tributos sobre Vendas	-R\$ 576.000,00	→ 3.200.000,00 X 18%
= Receita Líquida de Vendas	R\$ 2.624.000,00	
(-) Custos Variáveis	-R\$ 960.000,00	→ 6.400 UNIDADES X 150,00
(-) Comissão sobre Vendas	-R\$ 160.000,00	→ 3.200.000,00 X 5%
= Margem de Contribuição	R\$ 1.504.000,00	
(-) Custos Fixos	-R\$ 1.222.000,00	
(-) Despesas Fixas	-R\$ 188.000,00	
= Resultado do Período	R\$ 94.000,00	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Receita Bruta com Venda de Produtos	R\$ 2.550.000,00	→ 5.100 UNIDADES X 500,00
(-) Tributos sobre Vendas	-R\$ 459.000,00	→ 2.550.000,00 X 18%
= Receita Líquida de Vendas	R\$ 2.091.000,00	
(-) Custos Variáveis	-R\$ 765.000,00	→ 5.100 UNIDADES X 150,00
(-) Comissão sobre Vendas	-R\$ 127.500,00	→ 2.550.000,00 X 5%
= Margem de Contribuição	R\$ 1.198.500,00	
(-) Custos Fixos	-R\$ 1.222.000,00	
(-) Despesas Fixas	-R\$ 188.000,00	
= Resultado do Período	-R\$ 211.500,00	

E foi simples assim para comprovamos que a alternativa **D está correta** e a alternativa **A esta INCORRETA** e é o nosso gabarito. Este tipo de questão por ser mais trabalhosa e exigir um pouco mais de conhecimento, sugere-se que o Bacharel deixe para o final da prova.

31. De acordo com o que estabelece o Código Tributário Nacional a respeito da interpretação e integração da legislação tributária, é **CORRETO** afirmar que:



- a) a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário; a outorga de isenção; e a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, é interpretada literalmente.
- b) em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade ou punibilidade, interpreta-se a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, da maneira menos favorável ao acusado.
- c) na ausência de disposição expressa, para aplicar a legislação tributária a autoridade competente utilizará, sucessivamente, na ordem indicada: os princípios gerais de direito privado; a equidade; a ampla defesa.
- d) o emprego da analogia e da equidade na interpretação da legislação tributária deverão resultar, respectivamente, em exigência de tributo não previsto em lei e na dispensa do pagamento de tributo devido.

Resposta: A

A alternativa B está errada, pois em caso de dúvida se aplica a norma **menos gravosa** ao acusado. A alternativa C está errada porque no caso de ausência de disposição expressa a autoridade fiscal deve utilizar sucessivamente: a **analogia, os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito público e a equidade**. Pessoal essa aplicação sucessiva é **NESSA ORDEM** (art. 108 do CTN). A alternativa D também está errada, haja vista que a aplicação da analogia **NÃO** pode resultar em tributo não previsto em lei (§1º do art. 108 do CTN). A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário, outorga ou isenção, dispensa de obrigação acessória, deve ser interpretada de forma **LITERAL**, fazendo da alternativa A o nosso gabarito (art. 111 do CTN).



32. A Lei n.º 6.404/76 estabeleceu, em seu art. 15, que: as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.
A Seção IV, art. 20, da mesma lei, estabelece a forma pela qual essas ações podem ser constituídas.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com o texto atual da Lei n.º 6.404/76, quanto à forma, as ações devem ser:

- a) endossáveis apenas.
- b) nominativas apenas.
- c) endossáveis ou ao portador.
- d) nominativas, endossáveis ou ao portador.

Resposta: B

Quanto à forma, as ações devem ser apenas nominativas conforme podemos observar no texto do artigo 20 da Lei 6.404/76: “Art. 20. As ações devem ser nominativas”.

33. O art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10.1.2002, que institui o Código Civil, afirma: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

Em relação à capacidade do empresário, julgue as afirmativas a seguir, classificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F), e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

- I. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer a atividade de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.



- II. O incapaz, mesmo que por meio de representante legal ou devidamente assistido, não poderá continuar a sociedade empresária, e sua participação no capital social da empresa deverá ser transferida para um tutor nomeado judicialmente.
- III. Os cônjuges casados em regime da comunhão universal de bens podem contratar sociedade entre si, sendo vedada a alienação dos imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.

Resposta: C

O item I é **VERDADEIRO**, pois é exatamente aquilo que os artigos 972 e 973 do código Civil de 2002 estabelecem:

“Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.”

O item II é **FALSO**, pois o incapaz pode sim continuar atividade empresarial, desde que assistido por representante legal, em conformidade com o art. 974 do Código Civil de 2002:

Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.



§ 1o Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.

§ 2o Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.

§ 3o O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

II – o capital social deve ser totalmente integralizado; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais. (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)”

O item III também é **FALSO**, haja vista que não é permitida a contratação de sociedade entre cônjuges, quando casados em comunhão universal ou separação obrigatória de bens. Vejamos o dispositivo legal:

“Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória”. (Grifo nosso)



34. Uma Sociedade Empresária tomou um empréstimo de R\$60.000,00, a ser pago em três parcelas anuais e consecutivas.

A taxa de juros contratada na operação foi de 14,4% ao ano.

O sistema de amortização do contrato é o Sistema Price, ou seja, as prestações são iguais, periódicas e consecutivas, determinadas de acordo com a fórmula a seguir.

$$PMT = PV \times \left[\frac{(1+i)^n \times i}{(1+i)^n - 1} \right]$$

Onde: PMT = Valor da prestação
PV = Valor presente
n = Número de períodos
i = Taxa de juros

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor desembolsado anualmente para pagamento de cada prestação será de, aproximadamente:

- a) R\$29.943,88.
- b) R\$26.017,52.
- c) R\$22.880,00.
- d) R\$20.000,00.

Resposta: B

A delícia de fazer o exame de suficiência do CFC é que é permitido o uso de calculadora própria!
© É claro, você como bom Bacharel levou sua calculadora HP para fazer a prova! ☺ Vamos lá então:



Digite o Valor Presente de 60.000,00 e clique na tecla **Enter**

Clique na tecla **CHS** para mudar o sinal

Clique na tecla **PV**

Digite o período: 3 e clique na tecla **n**

Digite a taxa de juros 14,4 e clique na tecla **i**

Depois clique em “Prestação” na tecla **PMT**

Resultado: 26.017,52

Difícil né?! 😊

35. Em 30.6.2017, uma Sociedade Empresária tomou um empréstimo bancário no valor de R\$100.000,00 que deverá ser pago em 30.12.2017.

A taxa de juros composta para a operação foi fixada pelo banco em 3% ao mês, capitalizada mensalmente.

Na data da liberação da operação, o banco cobrou uma taxa administrativa de liberação de contrato no valor de R\$2.000,00, e o valor creditado na conta corrente bancária da Sociedade Empresária foi de R\$98.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor que mais se aproxima do valor a ser pago pela Sociedade Empresária em 30.12.2017 é:

- a) R\$115.640,00.
- b) R\$117.017,13.
- c) R\$118.000,00.
- d) R\$119.405,23.

Resposta: D

Digite o Valor Presente de 100.000,00 e clique na tecla **Enter**

Clique na tecla **CHS** para mudar o sinal



Clique na tecla **PV**

Digite o período: 6 e clique na tecla **n**

Digite a taxa de juros 3 e clique na tecla **i**

Depois clique Valor Futuro (Future Value) na tecla **FV**

Resultado: 119.405,23

36. A NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL- FINANCEIRO, ao dispor sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, estabelece que, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Com relação a essas características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A informação contábil-financeira relevante é apenas aquela cujo montante monetário é elevado.
- II. Informação contábil-financeira relevante apresenta valor preditivo, confirmatório ou ambos.
- III. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos: ser completa, neutra e livre de erro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

Resposta: A



O item I é **FALSO**, pois a relevância da informação não é pautada apenas em valores elevados. Informação relevante é aquela capaz de influenciar o usuário da informação na sua tomada de decisão. Eventualmente, um elemento patrimonial pode ter um valor monetário relativamente baixo, mas representa informação indispensável para tomada de decisões.

A informação contábil relevante deve ter valor **preditivo**, no sentido de dar ao usuário condições de prever o comportamento futuro do elemento a que se refere, ou **confirmatório**, sendo uma informação que serve de feedback (se retroalimenta), ou **ambos**. Desta forma, o item II é **VERDADEIRO**.

Para ser fidedigna a informação contábil deve ser **completa** (traz todas as informações necessárias para interpretar o elemento a que se refere), **neutra** (é livre de viés, ou seja, imparcial) e é **livre de erro**. Desta forma, o item III é **VERDADEIRO**. Neste ponto cabe uma observação: haja vista que grande parte elementos patrimoniais são reconhecidos mediante estimativas, não é possível ter segurança absoluta de que estão livres de erro, mas é importante que a possibilidade do erro seja reduzida ao grau mais baixo possível.

37. De acordo com o que define a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, em relação às características qualitativas de melhoria das informações contábeis, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Comparabilidade permite que os diferentes usuários das informações contábeis identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
- b) A Verificabilidade indica que a entidade deve fornecer informações exclusivas aos diferentes usuários da informação contábil, de acordo com os seus interesses.
- c) Compreensibilidade consiste em classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível.
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Resposta: B



As alternativas A, C e D estão corretas e representam exatamente os conceitos trazidos pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, mas a **alternativa B esta errada** e é o gabarito da nossa questão. Verificabilidade é característica da informação contábil de melhoria que permite que duas pessoas com conhecimento técnico tenham **conclusões parecidas** sobre um elemento patrimonial, ainda que não haja consenso completo. (PARA SABER MAIS SOBRE AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA CONTABILIDADE [CLIQUE AQUI](#))

38. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. A advertência reservada é uma das penalidades previstas pelo Código de Ética Profissional do Contador.
 - II. Na aplicação das sanções éticas, pode ser considerada como atenuante a existência de punição ética anterior transitada em julgado.
 - III. O Profissional da Contabilidade poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, V.

Resposta: C



O item II é o único **FALSO** na questão. Na verdade a punição transitada em julgado é agravante e não atenuante como previsto no §2º do artigo 12 do CEPC:

“§ 2º Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes:

I – Ação cometida que resulte em ato que denigra publicamente a imagem do Profissional da Contabilidade;

II – punição ética anterior transitada em julgado”. **(Grifo nosso)**

De fato, como informa o item I da questão, a advertência reservada é uma penalidade prevista no CEPC, fazendo com que o item I seja **VERDADEIRO**. Dessa punição ainda existem: a censura reservada e a censura pública e todas elas estão previstas no caput do art. 12 do CEPC.

O item III também é **VERDADEIRO** conforme podemos observar no texto do art. 14 do CEPC: “O Profissional da Contabilidade poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão”.

39. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
- b) O Profissional da Contabilidade não poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mesmo que mantenha como sua a responsabilidade técnica.
- c) O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- d) O Profissional da Contabilidade, quando substituído em suas funções, deve informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o



bom desempenho das funções a serem exercidas.

Resposta: B

A alternativa A apresenta a vedação presente no art. 3º do CEPC:

“Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

(...)

VII – valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber;”

A alternativa C esta correta e tem previsão o art. 7º do CEPC: *“Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade”*. Com fundamento no Parágrafo Único do mesmo artigo, encontramos a alternativa **errada (Letra B)** que é o nosso gabarito: *“O Profissional da Contabilidade **poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo** a outro profissional, mantendo **sempre como sua a responsabilidade técnica**”*. **(Grifo nosso)**

A alternativa D evidencia o texto do art. 2º que apresenta os deveres do profissional de contabilidade:

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:

(...)

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;”



40. Com relação à obrigatoriedade de apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS e ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A NBC TG 26 (R4) estabelece que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados integra o conjunto completo das Demonstrações Financeiras.

II. A ITG 1000 estabelece que a entidade deve elaborar obrigatoriamente a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, juntamente com o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

III. A NBC TG 1000 (R1) estabelece que a entidade pode apresentar uma única Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados no lugar da Demonstração do Resultado Abrangente e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

Resposta: A

Vejamos o conjunto completo de demonstrações financeiras segundo a NBC TG 26:



“10. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;*
- (b) demonstração do resultado do período;*
- (ba) demonstração do resultado abrangente do período;*
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;*
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;*
- (da) demonstração do valor adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;*
- (e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas; (Alterada pela NBC TG 26 (R3))*
- (ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A; (Incluída pela NBC TG 26 (R1))*
- (f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D. (Alterada pela NBC TG 26 (R1))”*

Percebam que não há previsão de elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados na NBC TG 26. Esta é uma demonstração prevista na Lei 6.404/76. Portanto o item I é **FALSO**. De outro lado, a ITG 1000 estabelece que a entidade deve elaborar apenas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Desta forma o item II é **FALSO**. Entretanto devemos alertar que, embora o conjunto completo estabelecido pela NBC TG 26 não seja obrigatório o CFC estimula a sua elaboração. O item III, por sua vez, é **VERDADEIRO** e a questão touxe o texto do item 6.4 da NBC TG 1000:

6.4 A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados



para o período de divulgação. O item 3.18 permite que a entidade apresente a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido, se as únicas alterações no seu patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros de períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.

- 41.** Os ativos biológicos são definidos pela NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA como “um animal e/ou uma planta, vivos”.

A mesma Norma define produção agrícola como “produto colhido de ativo biológico da entidade”.

O ponto de colheita ou abate é o momento em que o ativo em questão passará a estar sob o escopo da NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, deixando de estar sob o escopo da NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Esse ponto é, portanto, o último em que o elemento será mensurado de acordo com o critério previsto na NBC TG 29 (R2).

Considerando-se o que dispõe a NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA e atendidos os requisitos de reconhecimento, o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado:

- a)** alternativamente, ao custo ou ao Valor Realizável Líquido, dos dois o menor.
- b)** alternativamente, ao custo ou ao Valor Reavaliado, dos dois o maior.
- c)** obrigatoriamente, ao custo menos a exaustão.
- d)** obrigatoriamente, ao valor justo, menos a despesa de venda.

Resposta: D

O produto agrícola colhido de ativos biológicos deve ser mensurado, obrigatoriamente, pelo seu valor justo menos as despesas de venda no momento da colheita (Item 13 da NVC TG 29). Este



será o valor do ativo para fins de reconhecimento como estoque, quando passamos a aplicar a NBC TG 16 (Estoques). Portanto, nosso gabarito é mesmo a alternativa D.

42. Considerando-se apenas o disposto na NBC TG 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:
- a) custos com aquisição de matéria-prima de terceiros; insumos adquiridos de terceiros.
 - b) materiais, energia e outros; serviços de terceiros, comissões líquidas; variação das despesas de comercialização diferidas; perda e recuperação de valores ativos.
 - c) pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio e dividendos; lucros retidos/prejuízos do exercício.
 - d) resultado de equivalência patrimonial; receitas financeiras; outras receitas.

Resposta: C

A DVA deve trazer na sua segunda parte a distribuição da riqueza gerada no exercício social e, de forma resumida, de acordo com a NBC TG 09 deve apresentar minimamente:

- a) Pessoal:** valores apropriados ao custo de produção ou como despesas (reuneração direta, benefícios a empregados, FGTS);
- b) Impostos, taxas e contribuições:** o INSS (cota patronal) entra nessa conta; os tributos como ICMS, PIS, COFINS e IPI devem ser apresentados líquidos do valor recuperado, ou seja, é o valor efetivamente recolhido;
- c) Remuneração de capital de terceiros:** juros, aluguéis e outras (nesta considerada outras transferências de riquezas como capital intelectual, *royalties*, franquias, direitos autorais);
- d) Remuneração do capital próprio:** juros sobre o capital próprio e dividendos. Sobre os dividendos é importante destacar que não entram nesta conta os dividendos distribuídos com base



em lucros acumulados (lucros de outros exercícios) por já terem sido incluídos como lucros retidos em exercícios anteriores.

Mesmo que de forma incompleta, a alternativa C traz quase todas as hipóteses e é o gabarito da nossa questão. Ademais, as outras alternativas trazem itens que integram o valor adicionado total a distribuir, conforme podemos observar na imagem colacionada abaixo (Modelo de DVA anexo à NBC TG 9):

1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Outras receitas	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Alternativa A
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	Alternativa B
2.4) Outras (especificar)	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	Alternativa D
6.3) Outras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	



43. Uma Sociedade Empresária tem uma política ambiental extensamente conhecida, na qual realiza a limpeza de toda a contaminação que venha a causar. Sabe-se que essa Sociedade Empresária apresenta boa reputação quanto ao cumprimento dessa política.

Não há nenhuma legislação ambiental na jurisdição que determine responsabilidade em caso de danos ambientais.

Durante uma atividade naval desenvolvida pela Sociedade Empresária, uma embarcação foi danificada e derramou uma quantidade substancial de óleo no mar.

A Sociedade Empresária concorda em pagar pelos custos da limpeza imediata e os custos contínuos de monitoramento e assistência aos pássaros e animais marinhos.

No momento, a Sociedade Empresária não consegue programar a data exata em que serão desembolsados os custos mencionados, mas consegue estimá-los com confiabilidade.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 25 (R1) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, assinale a alternativa que indica a atitude CORRETA que a Sociedade Empresária deve tomar em relação ao registro contábil do dano ambiental por ela causado.

- a) A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e não existe uma obrigação legal ou contratual formalizada.
- b) A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- c) A Sociedade Empresária deve reconhecer uma provisão, pois sua reputação cria para ela uma obrigação não formalizada quanto ao cumprimento de sua política.



- d) A Sociedade Empresária não deve reconhecer uma provisão em função de não existir nenhuma obrigação formalizada em contratos ou leis ou acordos escritos.

Resposta: C

A entidade deve reconhecer uma provisão porque tem uma obrigação, não formalizada, presente, que importará em saída de disponibilidades que é possível estimar com confiabilidade. Não se pode falar em reconhecimento de passivo contingente porque não se trata de evento que depende de eventos futuros para acontecer ou não. Na contingência não se tem certeza se a obrigação vai existir ou não. Assim, por eliminação, já podemos dizer que as alternativas A e B estão erradas. A alternativa D esta errada também haja vista que não é necessário que a obrigação seja formalizada para que se reconheça uma provisão conforme estabelece o item 14 da NBC TG 25:

*“14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:
 (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;”*

44. No início do mês de julho de 2017, os auditores internos de uma Sociedade Empresária verificaram as informações constantes nas Demonstrações Contábeis encerradas em 30.6.2017. Ao verificar os controles do Setor Financeiro, receberam as seguintes informações para análise:

Controle de emissão de cheques

Cheque n.º	Data de Emissão	Valor
001	9.6.2017	R\$4.200,00
002	12.6.2017	R\$7.350,00
003	30.6.2017	R\$917,00
	TOTAL	R\$12.467,00

Extrato da Conta Corrente Bancária

Data	Histórico	Valor	Saldo
1.6.2017	Saldo Anterior		R\$30.000,00 C



5.6.2017	Tarifa de emissão de cheques	R\$18,00 D	R\$29.982,00 C
20.6.2017	Cheque compensado n.º 002	R\$7.350,00 D	R\$22.632,00 C
30.6.2017	Cheque compensado n.º 003	R\$917,00 D	R\$21.715,00 C

Em seguida, os auditores solicitaram o razão analítico para o Setor de Contabilidade, que apresentou os seguintes registros:

Razão Analítico da Conta Corrente Bancária

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
1.6.2017	Saldo Anterior			R\$30.000,00 D
5.6.2017	Tarifa Bancária		R\$18,00	R\$29.982,00 D
12.6.2017	Cheque n.º 001		R\$4.200,00	R\$25.782,00 D
30.6.2017	Cheque n.º 003		R\$917,00	R\$24.865,00 D

Informação Adicional:

- ✓ Em 3.7.2017, o cheque n.º 001, no valor de R\$4.200,00, foi compensado pelo banco.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, os auditores devem indicar que o saldo contábil que deve ser apresentado no Razão Analítico da Conta Corrente Bancária em 30.6.2017 é de:

- a) R\$12.467,00.
- b) R\$17.515,00.
- c) R\$21.715,00.
- d) R\$24.865,00.

Resposta: B

Segundo o comando da questão a auditoria encontrou divergências entre extrato bancário e a conta bancos no livro razão. O enunciado aponta, ainda, que o cheque emitido em junho foi compensado pelo banco apenas em julho. Ao questionar qual o saldo da conta no livro razão analítico em junho, entendo que não deveria prosperar o entendimento de que o cheque não



descontado naquele mês deva ser contabilizado como se assim fosse. Vejamos: no final do mês de junho a entidade que emitiu o cheque e ainda tinha disponível em sua conta bancária os recursos de terceiros provenientes da não compensação do cheque, mas sabendo da sua emissão, deveria utilizar uma conta de cheques a compensar no passivo circulante. Não foi o entendimento da banca examinadora que considerou a **alternativa B** como correta, descontando o título de crédito no mês anterior a sua compensação. A meu ver o gabarito da questão deveria ser a **alternativa C**.

45. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA, risco de detecção é:

- a) o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
- b) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- c) o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- d) o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

Resposta: C

A alternativa A dá o conceito de **risco inerente**, que é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes de qualquer trabalho de auditoria ser executado. A alternativa B nos dá o conceito de **risco de trabalho** ou **risco de auditoria** (item 72 da NBC TA Estrutura Conceitual). A alternativa D traz o conceito de **risco de controle**, que é o risco de ocorrer distorção relevante que não seja detectada, evitada e corrigida pelo controle interno em



tempo hábil. A alternativa C apresenta o conceito de **risco de detecção**, que é o risco de que os procedimentos aplicados pelo auditor não detectem uma distorção relevante, portanto ela é o nosso gabarito. Todos estes conceitos estão na NBC TA – Estrutura Conceitual.

46. Ao realizar uma auditoria das Demonstrações Contábeis em uma instituição financeira, o auditor verificou a existência de fraude contra o Sistema Financeiro Nacional, praticada por empregados com funções significativas no Controle Interno.

Considerando-se o que estabelece a NBC TA 240 (R1) – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO A FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, assinale a opção CORRETA em relação à comunicação que o auditor deve fazer ao identificar a fraude.

- a) O auditor deve comunicar a descoberta da fraude aos responsáveis pela governança apenas, os quais deverão tomar todas as medidas cabíveis para a responsabilização dos fraudadores nos âmbitos administrativo, cível e penal, ficando o auditor, a partir da comunicação, isento de qualquer possibilidade de responsabilização legal.
- b) O auditor deve comunicar a descoberta da fraude somente aos fraudadores e aos gestores da empresa, uma vez que essa atitude preserva o princípio do contraditório e da ampla defesa, assegurados constitucionalmente a todos os cidadãos.
- c) O auditor deve comunicar a fraude ao Conselho Federal de Contabilidade e discutir com esse órgão a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para concluir a auditoria.
- d) O auditor deve comunicar a fraude às agências reguladoras e de controle, pois, embora o dever profissional do auditor seja o de manter a confidencialidade da informação do cliente, as responsabilidades legais do auditor podem sobrepor-se ao dever de confidencialidade em situações que possam resultar em danos à sociedade.

Resposta: D

Questão difícil e polêmica. Via de regra, se o auditor identifica ou suspeita de uma fraude ele deve comunicar a autordidade de nível apropriado da administração. Em linhas gerais, quando os



assuntos relacionados à fraude forem relevantes para sua responsabilidade ele deve informar aos responsáveis pela governança corporativa da entidade auditada (Itens 41 a 43 da NBC TA 240). Entretanto, nos casos de detecção de fraude ou suspeita o auditor deve determinar se há a responsabilidade de comunicar a ocorrência a terceiro fora da entidade, pois a obrigação legal de informar uma agencia reguladora ou de controle pode sobrepor-se à confidencialidade (item 43 da NBC TA 240). Mas o assunto é tão complicado que a própria NBC TA 240 fixa que o auditor pode, caso ache apropriado, obter assistência jurídica para os passos necessários ao considerar os aspectos de interesse público na fraude constatada ou suspeita (itens A65 a A67 da NBC TA 240). No enunciado da questão foi identificado que a fraude era conta o Sistema Financeiro Nacional e que havia pessoa com funções significativas no Controle Interno envolvidas, portanto, haja vista a magnitude da fraude, considera-se que o auditor deve informar a autoridade reguladora ou de controle.

47. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada.
 - A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição.
 - Os procedimentos periciais contábeis visam a fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

A sequência CORRETA é:

- V, V, V.
- V, F, F.
- F, V, V.
- F, F, F.



Resposta: A

O item I é cópia do Texto do item 3 da NBC TP 01: “O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada”, portanto **VERDADEIRO**. O item II é cópia do item 4 da mesma NBC TP: “A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição” e também é **VERDADEIRO**. Por último, o item III é cópia do item 16 da mesma NBC TP: “Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação” e também é **VERDEDEIRO**.

48. Considerando-se o que estabelece a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Em relação à execução da perícia contábil, o perito-assistente não pode, em nenhuma hipótese, manter contato com o advogado da parte que o contratou.
- b) Os peritos não são obrigados a consignar as suas conclusões no final do laudo pericial contábil ou do parecer técnico-contábil, visto que em várias situações o laudo pode ser inconclusivo.
- c) Quando se tratar de laudo pericial contábil, assinado em conjunto pelos peritos, a responsabilidade caberá apenas ao perito assistente.
- d) Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil.

Resposta: D

A alternativa D esta perfeita e é cópia do item 41 da NBC TP 01: “Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnicocontábil”. A alternativa



A não faz sentido, pois o perito-assistente é contratado pelo advogado ou pela parte **devendo estar em contato** com eles (item 7 de NBC TP 01). A alternativa B também está errada, pois o perito **DEVE** consignar suas conclusões de forma clara e precisa no Laudo ou parecer contábil (item 49 da NBC TP 01). A alternativa também erra ao afirmar que a responsabilidade pelo laudo pericial assinado em conjunto é do perito-assistente, haja vista que nesse caso a responsabilidade é **solidária** (item 66 da NBC TP 01).

Leia o texto a seguir, sobre o qual versam as questões 49 e 50.

Maior participação feminina no mercado de trabalho injetaria 382 bilhões de reais na economia por Dimalice Nunes

Em 2014, os líderes do G20 se comprometeram a reduzir em 25% a diferença nas taxas de participação entre homens e mulheres até 2025. O relatório da OIT estima que, se esse objetivo fosse alcançado em nível global, ele teria o potencial de adicionar 5,8 trilhões de dólares à economia de todo o mundo, além de gerar grandes receitas fiscais em potencial.

Por exemplo, a receita global de impostos poderia aumentar em 1,5 trilhão de dólares, a maior parte em países emergentes (990 bilhões de dólares) e desenvolvidos (530 bilhões de dólares). A África do Norte, os Estados Árabes e o Sul da Ásia teriam os maiores benefícios, já que nessas regiões as diferenças nas taxas de participação entre homens e mulheres superam os 50 pontos percentuais.

De acordo com a OIT, a desigualdade de gênero continua a ser um dos desafios mais urgentes que o mundo do trabalho enfrenta. As mulheres são substancialmente menos propensas do que os



homens a participar do mercado de trabalho e, uma vez no mercado de trabalho, elas têm menor probabilidade do que os homens de encontrar emprego, afirma o relatório. Além disso, a qualidade desse emprego ainda preocupa.

Desemprego maior para elas

Quando as mulheres participam do mercado de trabalho, elas têm maior probabilidade de estarem desempregadas do que os homens. Globalmente, a taxa de desemprego para as mulheres em 2017 é de 6,2%, representando uma diferença de 0,7 ponto percentual com relação à taxa de desemprego dos homens, de 5,5%.

No Brasil, entre 2012 e 2016, com a retração econômica, o índice de desemprego medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu de 7,9% para 12%

– 13,6% na medida mais recente – enquanto a taxa de ocupação da população caiu de 56,3% em 2012 para 54% em 2016. Entre as mulheres o desemprego no fim de 2016 era de 13,8% enquanto atingiu 10,7% para os homens.

Em 2018, a OIT espera que as taxas de desemprego permaneçam relativamente inalteradas, o que manterá a desigualdade no atual patamar, sem nenhuma melhora esperada antes de 2021, com base nas tendências atuais.

Entre as mulheres empregadas em todo o mundo, quase 15% são trabalhadoras familiares não remuneradas, em comparação com mais de 5% dos homens. Nos países em desenvolvimento, onde cerca de 36,6% das mulheres e apenas 17,2% dos homens são empregados como trabalhadores familiares não remunerados, a diferença é maior, de 19 pontos percentuais.



Mudança cultural

A preferência e a decisão da mulher de participar no mercado de trabalho e seu acesso a empregos de qualidade podem ser afetados por uma série de fatores, incluindo discriminação, educação, tarefas de cuidado não remuneradas, equilíbrio entre trabalho e família e estado civil.

A conformidade do papel de gênero também afeta a restrição das oportunidades de trabalho decente para as mulheres. O relatório mostra que 20% dos homens e 14% das mulheres pensam que não é aceitável para uma mulher trabalhar fora de casa.

Além dos benefícios econômicos, um maior engajamento feminino na força de trabalho teria um impacto positivo no seu bem-estar, já que a maioria das mulheres gostaria de trabalhar, 58%.

O relatório recomenda medidas abrangentes para melhorar a igualdade das condições de trabalho e reformular os papéis de gênero, como promover a igualdade de remuneração; abordar as causas da segregação ocupacional e setorial; reconhecer, reduzir e redistribuir as tarefas de cuidado não remuneradas; e transformar as instituições para prevenir e eliminar a discriminação, a violência e o assédio no mundo do trabalho.

Políticas públicas são essenciais para amparar a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, mas as empresas podem e devem ser agentes de mudança cultural. A startup ImpulsoBeta se propõe a criar estratégias e colocar em prática ações para promover a diversidade de gênero dentro das empresas.

A sócia-fundadora da empresa, Renata Moraes, explica que, mesmo entre as grandes empresas, poucas têm de fato estratégias de recursos humanos para a valorização do capital humano. “Os



princípios teóricos já estão estabelecidos, há diretrizes da ONU Mulheres. O desafio é convencer os CEOs de que isso (a inclusão e retenção de mulheres) é um valor para o negócio", afirma.

Renata explica que existem crenças profundamente arraigadas nas empresas, como a de que mulheres serão menos comprometidas que os homens em determinadas fases da vida, como quando têm filhos. "A cultura do trabalho não é a cultura da diversidade. Ainda se vê valor na disponibilidade 24 por 7, mas homens mais jovens também não estão mais dispostos a isso", lembra. "As empresas se dizem meritocráticas, mas não observam de fato os resultados. A definição do que é talento e comprometimento replicam ideais que são contraditórios", conclui.

A OIT prevê que essas taxas permanecerão inalteradas em 2018. No Brasil, mulheres são 56% da força de trabalho, índice melhor que a média global, mas ainda assim 22,1 pontos percentuais menor que a masculina, estimada em 78,2%.

Dimalice Nunes in Revista Carta Capital, — publicado 26/06/2017 00h16, última modificação 23/06/2017 17h2, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maior-participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho-injetaria-382-bilhoes-de-reais-na-economia> (texto adaptado)

49. Segundo Luiz Carlos Travaglia, Professor de Língua Portuguesa e Linguística e pesquisador do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, o **Gênero Textual** se caracteriza por exercer uma função social específica. Para ele, essas funções sociais são pressentidas e vivenciadas pelos usuários. Isso equivale dizer que, intuitivamente, sabemos que gênero usar em momentos específicos de interação, de acordo com a função social dele. Quando vamos escrever um e-mail, sabemos que ele pode apresentar características que farão com que ele “funcione” de maneira diferente. Assim, escrever um e-mail para um amigo não é o mesmo que escrever um e-mail para



uma universidade, pedindo informações sobre um concurso público, por exemplo.
(<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/g00003.ht>)

Sobre o texto em estudo, está CORRETA a afirmativa:

- a) Trata-se de um texto cuja intenção é informar sobre a participação das mulheres no mercado global de trabalho e, para isso, usa predominantemente a denotação.
- b) Publicado em uma revista semanal jornalística, suporte com predominância de notícias e reportagens, apresenta número significativo de metáforas, o que deixa o texto mais acessível ao leitor.
- c) Com predomínio da linguagem informal, o texto garante, pela coloquialidade, o alcance de seu público alvo, interessado em atualidades e exigente pouco afeito a linguagens rebuscadas.
- d) Apresenta-se predominantemente expositivo, o que se garante pelo tom opinativo acerca dos dados apresentados, promovendo a qualidade do trabalho feminino em favor do crescimento global.

Resposta: A

As alternativas B e C estão erradas, pois o texto até é de uma revista jornalística, mas usa uma linguagem formal e não há preponderância de metáforas. A alternativa D também está errada porque se trata de um texto expositivo e não se percebe um tom opinativo de quem escreve. Assim, o gabarito da questão é mesmo a alternativa A, sendo um texto informativo, se percebe isto pela quantidade de dados lançados no texto, e não se observa predominância de conotação (sentido figurado) predominando a denotação.

50. “A diminuição das *diferenças de gênero no mercado de trabalho* poderia aumentar o PIB brasileiro em 3,3%, ou 382 bilhões de reais, e acrescentar 131 bilhões de reais às receitas tributárias. Para isso, seria necessário o Brasil reduzir em 25% a desigualdade na taxa de presença das mulheres no mundo do trabalho até 2025, compromisso já assumido pelos países que compõem o G20. "Os dados fazem parte do estudo Perspectivas Sociais e de



Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em números absolutos, se a participação feminina crescesse 5,5 pontos percentuais, o mercado de trabalho brasileiro ganharia uma mão de obra de 5,1 milhões de mulheres. Ainda segundo os dados da OIT, a taxa de participação na força de trabalho global para as mulheres em 2017 é de pouco mais de 49%, 27 pontos percentuais menor do que a taxa para os homens (76%).”

Quanto à coesão textual do trecho em destaque, está CORRETA a alternativa:

- a) “Ainda segundo os dados da OIT” é expressão com intenção persuasiva, cujo efeito é o de crítica ao predomínio do homem no mercado de trabalho, 51% maior que a participação feminina.
- b) Em “Os dados fazem parte do estudo...”, o termo “os dados” retoma a expressão “... estudo *Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo – Tendências para Mulheres 2017*”.
- c) Em “se a participação feminina crescesse 5,5 pontos percentuais”, encontra-se a idéia de causa, de motivação para o aumento da mão de obra brasileira, que passaria a contar com 5,1 milhões de mulheres.
- d) “Para isso” conecta a segunda frase à primeira, indiciando condições para que a diminuição das diferenças de gênero no mercado de trabalho contribua para aumento do PIB e acréscimo de valores às receitas tributárias.

Resposta: D

O termo “Para isso” de fato funciona como conexão entre condição e resultado. Percebam que, em virtude da utilização do termo, “o Brasil reduzir em 25% a desigualdade na taxa de presença das mulheres no mundo do trabalho até 2025” é condição para que “A diminuição das diferenças de gênero no mercado de trabalho poderia aumentar o PIB brasileiro em 3,3%, ou 382 bilhões de reais, e acrescentar 131 bilhões de reais às receitas tributárias” possa acontecer.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de reforçar a importância da leitura das Normas Brasileiras de Contabilidade, da Lei 6.404/76 e da Lei 4.320/64. Lembrem-se o importante é praticar muito para obter um bom desempenho na prova. Espero que a resolução destas questões tenha sido de alguma valia no preparo para o Exame de Suficiência.

Desejo sucesso a todos!!!